

Relatório mostra como tribunais executam objetivos do Poder Judiciário

No biênio 2016-2017, os tribunais brasileiros obtiveram 93,48% de adesão ao macrodesafio “Celeridade e Produtividade” na prestação de serviços jurisdicionais: um objetivo estratégico do Poder Judiciário que visa ampliar a rapidez e a eficiência dos serviços que presta à sociedade.

O dado faz parte do Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional 2016-2017, no qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) busca informações sobre as ações adotadas pelos tribunais para cumprir os 12 macrodesafios que fazem parte da Estratégia Nacional do Judiciário.

O levantamento também permite que os diferentes segmentos da Justiça verifiquem quais desses grandes desafios precisam ser priorizados. Conforme a Resolução CNJ n. 198, que trata de planejamento e gestão estratégica no Poder Judiciário, os tribunais têm até o ano de 2020 para realizar ações visando ao cumprimento desses objetivos.

O Relatório, recém-publicado pelo CNJ, apresenta em profundidade análise da execução dessa diretriz para a Justiça brasileira nos dois últimos anos.

Em outro estudo, o levantamento mostra que os macrodesafios “Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral”, “Garantia dos Direitos de Cidadania e de Melhoria da Infraestrutura” conseguiram elevado grau de adesão por parte dos tribunais.

Em outra vertente, os macrodesafios com os menores níveis de adesão são

Instituídos núcleos da Esmaf em cinco seções judiciárias da 1ª Região

O diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), desembargador federal Souza Prudente, instituiu núcleos da Esmaf em cinco seções judiciárias: Amazonas (SJAM); Bahia (SJBA); Distrito Federal (SJDF); Minas Gerais (SJMGM) e Pará (SJPA).

Da Seção Judiciária da Bahia, o juiz federal Saulo José Casali Bahia, da 11ª Vara, foi nomeado para o cargo de coordenador do núcleo, enquanto a juíza federal substituta da 21ª Vara, Luisa Ferreira Lima Almeida, assumirá o cargo de vice-coordenadora. Os coordenadores e vice-coordenadores dos outros núcleos serão, respectivamente, os juizes federais Rafael Leite Paulo e Mara Elisa Andrade (SJAM); Rafael Paulo Soares Pinto e Márcio Flávio Mafra Leal (SJDF); Carlos Henrique Borlido Haddad e Eduardo Moraes da Rocha (SJMGM); Ilan Presser e Alcioni Escobar da Costa Alvim (SJPA).

A decisão foi publicada na Portaria Esmaf n. 6, de 25 de junho de 2018, revogando a Portaria Esmaf n. 2, de 12 de março de 2015. (Fonte: TRF1)

“Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa” e “Gestão de Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes”.

As informações foram obtidas por meio de um ofício enviado pelo CNJ aos presidentes de 90 tribunais, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que designaram um integrante do órgão para responder o questionário. Do total, 89 tribunais e dois conselhos responderam às questões, representando 98,9% do público consultado.

Em relação aos conselhos de Justiça, o relatório mostra que os cinco macrodesafios a esses órgãos designados tiveram percentual de 100% no grau de aderência. Entre essas metas constam ‘Celeridade e Produtividade’ na prestação de serviços jurisdicionais e ‘Instituição e Governança Judiciária’.

As informações levantadas referentes ao biênio 2016-2017 fazem parte de monitoramento da Estratégia Nacional feito pelo CNJ para avaliar as ações adotadas e efetuar eventuais ajustes para o alcance dos grandes objetivos da Justiça brasileira.

Influências positivas e negativas: cumprimento das Metas Nacionais - Além de verificar o nível de adesão dos órgãos visando ao cumprimento dos macrodesafios, a avaliação também permitiu verificar junto aos tribunais o grau de dificuldade no desempenho das Metas Nacionais, indagando os fatores positivos e negativos que mais influenciam esses órgãos no cumprimento das metas.

Segundo o relatório, os pontos negativos mais citados pelos respondentes foram restrição orçamentária e déficit na força de trabalho. Entre os fatores positivos mais mencionados constam o acompanhamento por parte das corregedorias dos tribunais, a divulgação do resultado das metas e o esforço dos magistrados e servidores.

A próxima avaliação similar será feita no biênio 2018-2019. Acesse a íntegra do Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional 2016/2017 no link: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/06/43c48f805354b9f7ce7c9e3e581ff3f3.pdf>

Fonte: CNJ

Funpresp-Jud seleciona novos Diretores

A Funpresp-Jud realizou Processo Seletivo Nacional para as vagas de Diretor-Presidente e de Diretor de Administração, durante o mês de junho, para cumprir mandato de três anos na Diretoria Executiva da Fundação.

Amarildo Vieira de Oliveira foi selecionado no processo seletivo para o cargo de Diretor-Presidente da Funpresp-Jud. Amarildo participou da Gestão da Funpresp-Jud como Presidente do Conselho Deliberativo desde 2014. Foi o primeiro Diretor de Administração da Entidade e atualmente cumpria, desde 16/02/2018, o restante do mandato de Elaine de Oliveira Castro, que se aposentou em dezembro de 2017, indicado pelo Conselho Deliberativo, até a finalizar o novo processo de seleção.

O Diretor-Presidente é servidor da carreira do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 1992, graduado em Direito e Administração, especialista em Administração Judiciária e especializando em Economia e Gestão: Previdência Complementar pela Fundação Getúlio Vargas. Foi Diretor-Geral do STF durante a presidência do Ministro Ayres Britto em 2012 e do Ministro Ricardo Lewandowski, de 2014 a 2016. Foi cedido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para exercer o cargo de Diretor-Geral, na gestão da Ministra Cármen Lúcia, de 2016 a 2017.

Marco Antônio Martins Garcia foi selecionado para o cargo de Diretor de Administração. É graduado em Estatística, com MBA em Controller e Mestre em Economia Profissionalizante pela Universidade de Brasília. Atualmente era o Gerente Administrativo e Financeiro e Membro do Comitê de Investimentos da Fundação Viva de Previdência. Trabalhou por 2 anos na BB Previdência como Gerente de Investimento, por um ano na GEAP - Fundação de Seguridade Social, como Diretor Financeiro, e por 32 anos como Gerente de Divisão do Banco do Brasil (licenciado de 25/07/2011 a 31/07/2012).

Os atuais Diretores de Investimentos, Ronnie Gonzaga Tavares e de Seguridade, Edmilson Enedino das Chagas, foram reconduzidos para mais um mandato.

A posse da Diretoria Executiva se dará após a habilitação junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, para o triênio 2018/2021.

Fonte: Funpresp-Jud



Aniversariantes - Hoje: Ana Claudia Oitaven Pamponet (3ª Vara), Ana Luiza Sampaio Simões de Carvalho (NUCJU), Ana Paula dos Reis Meira (Jequié), Jéssica Alves de Carvalho (16ª Vara), Leonardo de Oliveira Pereira (Feira de Santana) e Élson Gualberto de Oliveira (VIPAC). **Amanhã:** Kleber Correia Portela (NUCOD), Tatiana da Cunha Almeida (17ª Vara), Carlos Albeto Santos Carvalho Filho (Vitória da Conquista), Obeed Barbosa Grigório (Barreiras), João Victor Sampaio Rios (Vitória da Conquista) e Andreia Barbosa (Asserjuf). **Domingo:** Fernanda Maisa Costa França (18ª Vara), Linaldo Menezes de Castro (NUASG), Marlene Anjos Oliveira (Turma Recursal), Neyva Andréa Santos Araújo (1ª Vara), Seleno Sá Barreto Bouzas (12ª Vara), Luiza Matos de Macedo (SECAD), Daniel Aragão (Asserjuf) e Valdemir Conceição de Jesus (VIPAC). **Segunda-feira:** Tannille Ellen Nascimento de Macedo, Juíza federal substituta da 23ª Vara, Helenilza Santos Farias (2ª Vara) e Thiara da Silva Vieira Barreto (Itabuna). **Parabéns!**